

“DESCOBERTAS NO BERÇÁRIO”: PRÁTICAS E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO COM BEBÊS

“DISCOVERIES IN THE NURSERY”: PRACTICES AND POSSIBILITIES FOR
PEDAGOGICAL WORK WITH BABIES

Luana Clara da Silva¹
Michele Varotto Machado²
Juliana Guedes dos Santos Marconi³

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir a importância do berçário nas creches da Educação Infantil, algumas de suas práticas e possibilidades para contribuir com o desenvolvimento do bebê de 0 a 1 ano e 6 meses de idade. Deste modo, evidencia a importância do cuidar e educar se complementarem, bem como o trabalho intencional do professor com novos pensamentos e ações para serem colocadas em prática no âmbito escolar. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com base em materiais publicados precedentemente, buscando fundamentar o tema em estudo. Ao final desse trabalho, verificou-se os benefícios do berçário para o desenvolvimento integral do bebê em seus diferentes aspectos: social, cultural, emocional, linguístico, físico e cognitivo, bem como a importância da intencionalidade docente, suas interações e práticas educativas cotidianas.

Palavras-chave: Berçário; Desenvolvimento dos bebês; Organização dos Espaços; Possibilidades Pedagógicas.

ABSTRACT: This study aims to discuss the importance of the nursery in Early Childhood Education daycare centers, some of its practices and possibilities to contribute to the development of babies from 0 to 1 year and 6 months of age. In this way, it highlights the importance of caring and education complementing each other, as well as the intentional work of the teacher with new thoughts and actions to be put into practice in the school environment. To this end, bibliographical research was carried out, based on previously published materials, seeking to substantiate the theme under study. At the end of this work, the benefits of the nursery for the integral development of the baby in its different aspects were verified: social, cultural, emotional, linguistic, physical and cognitive, as well as the importance of the teacher's intentionality, their interactions and daily educational practices.

Keywords: Nursery; Baby Development; Organization of Spaces; Pedagogical Possibilities.

INTRODUÇÃO

O berçário, na Educação Infantil, é um eixo de extrema importância no âmbito educacional. Entretanto, poucas propostas são apresentadas para o desenvolvimento dos bebês, sendo essas muito mais focadas em atividades de higienização e alimentação, e

¹Luana Clara da Silva, Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), luanaclara.s@outlook.com.br

²Michele Varotto Machado, Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), michele.varotto@ufscar.br

³Juliana Guedes dos Santos Marconi, Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), juguedesufscar@gmail.com

muito pouco sobre as possibilidades que estimulem o desenvolvimento dos pequeninos. É necessário compreender a importância de se estar atento ao desenvolvimento dos bebês de 0 a 1 ano e 6 meses de idades e quais podem ser os contributos que os permitam se apropriar mais e melhor do meio em que estão inseridos para os conduzi em seu pleno desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é indispensável deixar o “mundo à sua disposição” e permitir que o explorem. Assim, respeitaremos nossos pequenos como cidadãos, obtendo direitos no presente e não apenas no futuro, quando se tornarem adultos.

Não é uma questão de ter de estimular os bebês a manipular o material para o brincar- desde que tenham essa chance, eles o farão. Mas no desconhecido sempre há algo ameaçador, e é a atitude de calmo interesse do adulto que acalma a ansiedade do bebê, e assim libera sua energia para desfrutar do brincar de maneira concentrada (GLODSCHMIED; JACKSON, 2006, p.116).

Para que isso seja colocado em prática na educação, Monteagudo (2018), destaca que há três palavras muito importantes quando o assunto é o trabalho pedagógico no berçário, sendo elas: *confiança*, em que é necessário acreditar na competência e na capacidade dos bebês de se envolverem em seu desenvolvimento e aprendizagem; *oportunidade*, oferecendo constantemente diferentes possibilidades, de maneira que comprove a confiança que depositamos neles e assim, ampliemos seus espaços de interação e exploração, e, por fim, *tempo*, tendo a clareza que o tempo que oferecemos para os bebês não é o nosso e nem deve ser, pois nós estamos sempre com pressa, mas o bebê possui um tempo estendido, feito de experimentações, de passos para frente e também para trás, de tomar caminhos diferentes e tantas vezes dar um salto no seu desenvolvimento conquistando algo novo. O tempo deles é que nos ensina a descobrir que somos capazes de ouvi-los e respeitá-los.

Em vista das justificativas apresentadas, tem-se como objetivo geral discutir a importância do berçário nas creches da Educação Infantil, algumas de suas práticas e possibilidades para contribuir com o desenvolvimento do bebê de 0 a 1 ano e 6 meses de idade. Desse objetivo geral, derivam os objetivos específicos: compreender as políticas públicas para o berçário; conhecer e identificar práticas e possibilidades para o desenvolvimento integral do bebê; e, por fim, enriquecer a formação docente, apresentando novos olhares para o professor que atua ou atuará no berçário.

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica que, segundo Antônio Carlos Gil é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). O autor destaca que esse tipo de pesquisa se faz importante, pois permite ao investigador colher uma quantidade ampla de informações acumuladas com base em diferentes autores a respeito da temática escolhida.

A partir das considerações citadas, o presente trabalho foi organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, trataremos de maneira breve os estudos e pesquisas que destacam a infância e as abordagens a respeito do desenvolvimento do bebê de 0 a 1 ano e 6 meses. Na *segunda* seção, trata-se da

contextualização das principais características da história do berçário, quebrando mitos sobre suas continuidades e rupturas, descobrindo suas potencialidades.

Na *terceira* seção, serão descritas as práticas e possibilidades que o berçário traz para potencializar o desenvolvimento do bebê, a organização dos espaços para que o cuidado e o educar se complementem, dando ênfase na capacitação dos professores que atuam ou atuarão na rica construção de saberes do berçário e, por fim, posicionamentos sobre a importância dos mesmos na construção de cidadão do futuro, não retidos no pensamento errôneo do berçário ser apenas a base para a Educação Infantil, mas, com a sua grandeza em seus pequenos detalhes e todas suas próprias características. É válido ressaltar que em todas as seções traremos as políticas públicas elaboradas para o berçário, sendo elas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e, também a Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010), a fim de respaldar as discussões apresentadas no que se refere às proposições para o desenvolvimento do bebê.

A AVENTURA DE CONHECER SEM O MEDO DE APRENDER: AFINAL QUEM É O BEBÊ?

Conhecer o bebê de 0 a 1 ano e 6 meses de idade, com todas suas características, gestos, formas de comunicação, sua dependência em ser um sujeito passivo, mas ativo em suas peculiaridades e suas transformações em tão pouco tempo, traz para o adulto muitas inseguranças, quando o assunto é educação, por isso, compreender o seu desenvolvimento é o eixo que auxiliará na construção das possibilidades de atuação docente.

A partir de tais considerações a presente seção procura trazer uma discussão sobre o desenvolvimento do bebê e as considerações desta fase como uma etapa importante para a vida humana, destacando os principais aspectos que permeiam esse processo, bem como demonstramos o papel crucial do adulto.

Assim, pode-se destacar que o novo olhar de curiosidade, respeito e afeto para os seres humanos em seus primeiros anos de vida só se tornou realidade a partir do momento de desenvolvimento da História, tanto da educação quanto da sociedade, pois até o século XVII, “a quantidade de moléstia unida à fragilidade salutar dessa fase da vida, fez com que os adultos “aprendessem” a não se importar com essa idade” (MACHADO, 2018, p.13). O sentimento que possuímos com a infância nos dias de hoje, foi descoberto tardiamente em nossa sociedade, pois as crianças só eram consideradas como parte da sociedade humana, após os sete anos, e mesmo assim, vistas como adultos em miniaturas, pois não se reconhecia a criança como ser único; fazendo com que a infância se tornasse apenas um período de transição, o que a tornava desnecessária.

De acordo com Machado (2018), o sentimento de infância que conhecemos hoje surgiu apenas em meados do século XVII, noutro tempo a criança era desconsiderada, nas artes feitas das famílias, não se existia particularidade ao desenhar a criança, sendo ela deformada, garantindo traços de homens menores; as vestimentas para elas nessa época eram apenas faixas e uma roupa de linho, isto porque o bebê era completamente enfaixado, perdendo toda sua habilidade motora, pois assim seria mais fácil para que eles

ficassem quentinhos e imóveis para ser cuidado pelos escravos, logo que eram entregues a ela pelas famílias quando nasciam, assim as mães não construiriam relações e sentimentos por eles, visto que a criança até os sete anos vivia em um ambiente hostil, com a falta de higiene, alimento e cuidado, fazendo com que a perda fosse algo inevitável. Prática essa que era considerada para a classe social da elite, da qual temos registros, para crianças de outras famílias o cuidado e sentimento por elas não são comprovados. Historicamente, portanto, pode-se afirmar que a infância despertava medo ao adulto, isto porque era uma fase que dependia de um trabalho árduo e ao mesmo tempo frágil.

Ao decorrer dos séculos foram surgindo Histórias no intuito de responder questionamentos a respeito da morte precoce da criança, retratos com bebês no colo das mães e crianças em diversos momentos foram desenhados, fazendo com que cada vez mais fossem notadas, através de uma nova sensibilidade, muitas vezes criadas pela religião que era muito forte na época. Assim, esse ser considerado frágil, passou a receber cuidado em seus primeiros anos de vida, fazendo com que se tornasse “engraçadinho” no intuito de divertir os adultos (ARIÉS, 1981).

No Brasil os primeiros estudos sobre a infância datam no século XVIII, porém ainda com dificuldade para explicar a mortalidade, fazendo com que a infância se tornasse um problema medicinal, devido aos altos índices de mortalidade infantil.

Porém, esses avanços e considerações acerca do bebê como uma fase do desenvolvimento humano, trouxeram estudos importantes que demonstraram o quanto esse período é crucial. Martins (2012) afirma que desde o ventre o bebê torna-se dependente da mãe para se desenvolver, após o seu nascimento não é diferente, o mesmo possui reflexos incondicionados para sua sobrevivência, mas é incapaz de controlar o seu movimento, tornando-se insuficiente para sobreviver sem a dependência das pessoas ao seu redor, sendo assim, o adulto tem total responsabilidade no aperfeiçoamento do desenvolvimento do bebê.

O próprio afeto, ao participar no processo do desenvolvimento psíquico como fator essencial, recorre um caminho complexo, se modifica em cada nova etapa de formação da personalidade e toma parte da estrutura da nova consciência própria da nova idade. Estas profundíssimas mudanças na natureza psíquica dos afetos se põem de manifesto em toda nova etapa. Inclusive no primeiro ano de vida o afeto experimenta um complexo desenvolvimento. Se compararmos a primeira etapa desse período com a última ficaremos surpresos com a enorme mudança que ocorre na vida afetiva do bebê. (VYGOTSKI, 1996 *apud* MARTINS, 2012, p. 107).

Para a autora, a personalidade da criança forma-se desde os seus primeiros anos e se aperfeiçoa ao longo de toda a vida, fazendo com que a comunicação direta adulto/criança e suas interações sejam fundamentais para esse processo. Logo, segundo a autora, essa relação adulto-bebê é o que propicia o desenvolvimento do sistema nervoso, uma vez que este se consolida com os estímulos fornecidos.

Os bebês ouvem, veem, sentem, interagem em seu entorno, fazendo com que o Complexo de Animação (nome dado para a relação de afetividade da criança com o adulto que cuida dela em seus primeiros meses), permita a interação com sorrisos, movimentos

e olhares, sendo esses os primeiros passos para as suas novas formações. Quando uma criança é retida dessa interação ocorre, o que Martins (2012) destaca como retardo no aperfeiçoamento do córtex cerebral.

Por isso, é importante que o bebê seja exposto a diferentes estímulos. O trabalho cuidadoso será mais significativo na potencialização do desenvolvimento do bebê, isto porque o bebê não consiste apenas em um conjunto biológico que responde apenas passivamente ao meio que se está inserido, mas um sujeito histórico e social. (MACHADO, 2018; SILVA 2018). É fundamental, portanto, considerar o bebê como,

(...) sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Infantil DCNEI, (Brasil, 2010), supracitado é notório que toda criança é produtora de cultura, não é apenas a idade biológica que determina o desenvolvimento integral do bebê, mas também sua condição histórica. Isto porque, mesmo que de fato na faixa etária de 0 a 1 ano e 6 meses, o bebê dependa de cuidado como a alimentação, a higiene e o aquecimento corporal, a formação de seus reflexos está condicionada às influências externas, como por exemplo, a posição de mamar: logo nas primeiras semanas, são os órgãos dos sentidos, seus analisadores (ver, ouvir, cheirar, tocar e degustar) que captam os estímulos proporcionados a ele, sendo “sua função é transformar os estímulos (luz, som, calor, pressão, sabor) em impulsos nervosos, que percorrem as células nervosas até o centro nervoso, o cérebro” (SCOTTON, 2018, p. 274).

Assim, cada etapa do desenvolvimento é a construção de um ser humano, sendo ela a base para a etapa seguinte, por isso, é necessário que não deixemos lacunas no processo do desenvolvimento do bebê, desde o seu nascimento, precisamos nos colocar na posição cuidadores, protetores e também de educadores, uma vez que é a atitude calma, protetora e interativa do adulto que acalma a ansiedade do bebê, que amplia suas possibilidades de exploração de mundo, tornando-o capaz de viver aquilo que lhe é apresentado.

Mesmo que não seja possível o isolamento de cada etapa do desenvolvimento, Pasqualini (2009) destaca que, ainda no primeiro ano é possível identificar saltos qualitativos, que vão se modificando ao longo da vida, o desenvolvimento motor é bem visível, tendo como marcos as seguintes mudanças: a sustentação da cabeça aos dois meses; rolar o corpo por volta do final do segundo mês e terceiro mês; sentar-se com a ajuda de algum apoio a partir do terceiro mês; sentar sozinho entre o quinto e o sexto mês; ficar em pé com apoio a partir do sexto mês; engatinhar perto a partir do sétimo mês; caminhar com apoio (muitas vezes a mão do adulto) a partir dos nove meses; e se equilibrar em pé sozinho a partir dos onze meses; depois disso, vem o andar. Claro que como mencionado, essa idade não pode e nem deve ser estipulada como um padrão, pois cada criança recebe diferentes estímulos e está em diferentes condições, o que apresenta-se acima é apenas uma média desses acontecimentos motores. Porém, é importante notar essa exemplificação da autora, uma vez que ela nos permite compreender quantas

mudanças e transformações ocorrem no desenvolvimento humano, especialmente em seu primeiro ano de vida.

Além do desenvolvimento motor, a fala, o paladar, a memória, a comunicação, a emoção, a percepção de si mesmo e do outro, entre muitas outras, ocorrem ao mesmo tempo, no decorrer dessas mudanças até o término do primeiro ano; por isso o trabalho pedagógico no interior do berçário é fundamental e precisa de professores atentos a todas essas transformações (PASQUALINI, 2009).

O Documento mais atual que destaca propostas a respeito do trabalho pedagógico no berçário, demonstrando as concepções e importância desse, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Brasil, 2017), a qual destaca que o berçário é importante para a consolidação dos estímulos necessários para potencializar o desenvolvimento do bebê.

Segundo Brasil (2017), é um documento de caráter normativo, que define um conjunto de aprendizagens essenciais a serem atingidas pelos estudantes na Educação Básica. Não é o currículo a ser seguido, mas uma referência para tal, com intuito em orientar a elaboração dos documentos da escola, do planejamento dos professores e das práticas cotidianas.

No caso da Educação Infantil o Documento tem como objetivo apresentar os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, que são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, que se expressam nos cinco campos de experiências, os quais buscam definir as aprendizagens essenciais que são: “O eu, o outro e nós”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Traços, sons, cores e formas”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaço, tempo, quantidade, relações e transformações”.

A proposta da BNCC no que tange a função da Educação Infantil é ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, desenvolvendo e unindo novas aprendizagens, de maneira complementar à educação familiar. De acordo com os eixos estruturantes das ações pedagógicas na Educação Infantil, que são as interações e a brincadeira, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram as condições para que a criança aprenda de maneira ativa, desafiadora e construindo significados sobre si mesma, os outros e o mundo. Essa etapa não é organizada por disciplinas ou áreas de conhecimento, e sim pelos campos de experiência (BRASIL, 2017).

A partir de tais discussões, consideramos a importância de conhecer os indícios sobre a visão de infância em nossa sociedade, trazendo uma valorização para a criança, seus sentimentos e direitos. Os preconceitos pela criança pequena (menores de 7 anos), ocorre pela atitude de compará-la aos adultos, em que traz o conceito de “adulto em miniatura” conhecido nos séculos passados, fazendo com que o processo de desenvolvimento do bebê de 0 a 1 ano e 6 meses, seja empobrecido, e que ainda hoje, deixa seus resquícios tanto na concepção sobre o bebê quanto na valorização de espaços educativos, como o berçário. Por isso, buscamos trazer destaque aos principais aspectos que permeiam esse processo, erradicando o medo de aprender sobre o bebê e capacitar o profissional, o educador-referência.

Trabalharemos, assim, a seguir a respeito desses espaços, a partir das propostas dos Documentos oficiais destinados à Educação Infantil no Brasil, a partir dos quais trataremos

o histórico de construção e importância para o desenvolvimento dos bebês. É válido ressaltar que a Educação vai além do cuidado, um eixo articulador, que também não se pode perder de vista, é o ensino, sendo ele cuidadosamente elaborado para a idade, provocando evoluções no seu desenvolvimento, e assim, tendo o professor como o adulto protagonista na elaboração de diferentes atividades, não como uma *pedagogização* precoce da criança, privando-a do lúdico, mas tendo em vista a potencialização do seu desenvolvimento com diferentes práticas e possibilidades.

Com isso conhecer como surgiu os berçários, suas conquistas, rupturas e continuidades, o auxiliará a ter consciência das funções que ele foi desempenhando e nas perspectivas para suas ações mais atuais.

O BERÇÁRIO E SUAS DESCOBERTAS: O QUE SE FAZIA (OU AINDA SE FAZ) NO BERÇÁRIO?

Após compreendermos sobre “quem é o bebê”, seu desenvolvimento e as concepções mais atuais a respeito das Políticas Públicas no que tange seu desenvolvimento, na presente seção, trataremos uma discussão a respeito do Berçário, sua importância, concepções, histórico e papel no desenvolvimento dos bebês.

O conceito primordial para o berçário, desde a criação das creches tem sido um ambiente focado no cuidado, parecido com o doméstico. Segundo Machado (2015), criar uma instituição para o bebê de 0 a 1 ano e 6 meses ainda é visto como uma necessidade da família. Isso porque, mesmo depois de muitos anos, o pensamento errôneo de que o berçário é um atendimento assistencialista e não um direito do bebê, tem sido prevalecido. Tal situação está relacionada aos indícios da criação do berçário em nossa sociedade, o qual é fruto da necessidade histórica em suas condições sociais, econômicas, políticas e culturais, fatores esses que estiveram atrelados ao papel da mulher na sociedade.

Assim, as creches (e os berçários) foram criadas em um contexto onde a urbanização e a industrialização ganhavam cada vez mais espaço, e, com isso surge a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho. De acordo com Mancini (1944), essas instituições serviam para “guardar” as crianças por pouco tempo, pois esse “mal necessário” seria passageiro, pelo fato de defender que as mulheres deveriam voltar para seus afazeres domésticos sem precisar de auxílio, principalmente nos cuidados e educação de seus filhos, uma vez que essas questões, pelo imaginário da época eram atributos da mãe.

O sentimento de culpa que surgia nas mães era constante, com isso muitas criavam uma solução, em que pagavam outras mulheres para cuidar de seus filhos enquanto trabalhavam nas indústrias. Oliveira et al. (1992) afirma que foi na década de 1920 que se iniciaram os movimentos de protestos, reivindicando, creches para os seus filhos e outros direitos, mas os donos das indústrias buscavam o que traria mais benefício para eles, pensando nisso, foi sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos, algumas creches e escolas maternais para os filhos de seus operários, fazendo com que diminuísse a força dos movimentos operários, pois as mães ficariam satisfeitas e, assim produziram mais e melhor, tornando vantajoso para alguns empresários.



Contudo esses espaços, na época, não eram intitulados como educacionais, e sim apenas um “depósito” para que as crianças ficassem enquanto as mães trabalhavam, por isso Mancini (1944) relata que eram considerados como um “mal necessário”, pois foi preciso retirar a mulher do seu papel de “dona do lar” por uma necessidade econômica, e a continuidade do pensamento errôneo que as creches eram apenas paliativas remediando a necessidade social da época.

Segundo Oliveira et.al (1992) e Machado (2015), na década de 30 e 40 o trabalho junto às crianças em creche era “assistencial-custodial”, ou seja, o trabalho educacional, em que haveria um desenvolvimento intelectual não existia, pois, a única prioridade permanecia no cuidado com a higiene, alimentação e segurança física das crianças, visto que essas instituições eram, em sua grande maioria, entidades filantrópicas, recebendo doações de famílias mais ricas e ajuda governamental, também sendo defendida por médicos e sanitarista, com o intuito também de baixar os índices da mortalidade infantil.

No Brasil, mesmo a preocupação sendo a priori com as questões que envolviam a alfabetização, Machado (2015) afirma que houveram movimentos que destacaram a necessidade de construção de instituições que cuidassem e educassem a criança pequena, uma vez que essa passou a ser vista como importante para o “preparo” dessas crianças para o processo de alfabetização.

Considerando as demandas da sociedade da época, mesmo com a prevalência do atendimento assistencialista, a constituição de creches era uma conquista, mesmo que pouca. Porém em 1943, o então presidente da República Brasileira, Getúlio Vargas, instituiu uma legislação, no intuito de regulamentar as relações, empregadores – empregados, com a Consolidação das Leis de Trabalho (C.L.T), segundo a qual Oliveira et al (1992) destaca que determinava a organização dos berçários pelas empresas, como uma forma de abrigar os filhos das operários no período em que a mãe estivesse amamentando, mas o poder público não fiscalizou essa demanda nas empresas, dando a não efetivação da lei na prática, fazendo com que nesta época e até mesmo mais adiante, as creches e berçários não recebessem a atenção necessária e proclamada na Lei.

Com isso, podemos compreender que, as creches eram apenas para disfarçar o problema que se dava pela desigualdade econômica, pois serviria ainda como uma promoção de saúde e uma forma de evitar a marginalidade para a população mais pobre, fazendo com que “a creche novamente (é) fosse colocada como uma dádiva aos desafortunados” (OLIVEIRA et.al, 1992, p.20).

Mesmo em 1964, no período dos governos militares, que as políticas sociais foram adotadas por níveis federais, a ideia de creche persistiu na assistência às famílias carentes e solução dos problemas sociais, resquícios que podemos encontrar, especialmente no imaginário da população sobre os objetivos desses espaços.

Tais considerações demonstram que, como Oliveira et. al (1992) destaca que a desigualdade social consolida-se nas creches, onde as diferenças entre as classes sociais eram (e ainda são) constante, pois as escolas particulares recebiam a partir da década de 60 e 70 a preocupação com a criatividade e desenvolvimento infantil como um todo, em que a psicologia destacava o período de zero a seis anos como um período de extrema importância e rico em possibilidades na formação de um futuro cidadão, diferente das crianças que frequentavam as creches filantrópicas, as quais, segundo a autora, eram

atendidas apenas como carência e necessidade de cuidados físicos. (OLIVEIRA et.al, 1992).

Segundo Machado (2018), a menção da educação da criança nas Constituições de 1934, 1937, 1946 e mesmo após 1961, com as Constituições de 1967 e 1969, ainda permanecia como assistência às famílias, sem ao menos mencionar o direito da criança ou se quer algo voltado para a sua formação integral. Com a LDB 4024/61, em apenas dois artigos a educação para menores de 6 anos foi mencionada, mas continuava com o mesmo conceito já citado.

Foi apenas com a Constituição de 1988, que surgiu uma reelaboração do conceito de creche, trazendo a mesma como uma instituição educativa, portanto, como um direito da criança, não mais como auxílio da família e, sim uma opção, tornando-a um dever do Estado. O que serviu de base para em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, a qual apresenta a educação para crianças menores de 6 anos, sendo reconhecido como nível educacional necessário na formação da criança, voltado para o berçário temos o “Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;” (BRASIL, 1996, p.22).

É válido notar que há pouco relato a respeito do berçário, pois até hoje é um tabu para esse ambiente educacional. Segundo Machado (2018), foi com a Lei 11.114 de 16 de maio de 2005 que a Educação Infantil foi destinada para crianças de 0 a 5 anos, sendo às creches voltadas para crianças de 0 a 3 anos. Passamos de uma educação com responsabilidade das indústrias para uma educação reconhecida, mesmo que apenas proclamada e pouco sendo colocada em prática.

A Educação Infantil passa a ser responsabilidade dos Municípios, e, segundo Brasil (1996), os mesmos são responsáveis pela manutenção, investimento e regimento, garantindo os cumprimentos dos padrões e normas exigidos pelo Ministério da Educação. Foram criados referências e Planos como: o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Brasil, 1998), que seria um guia que será utilizado pelos profissionais, o qual possui o intuito de ajudar os professores em seu cotidiano, contendo a organização dos espaços, tempo, escolha de conteúdo, materiais, família, papel do professor, comunidade, atendimento para crianças com necessidades especiais, são pontos existentes nesse documento (BRASIL, 1998).

Com foco nas questões que envolve o trabalho pedagógico didático nos espaços destinados à Educação Infantil, o RCNEI, em seus três volumes, como destaca Brasil (1998) posiciona-se de forma oposta do que tínhamos no começo da história do berçário, apresentando referências de conteúdos, visando à construção de identidade e autonomia da criança e pontuando recursos para atingir esse objetivo, como a imitação, a brincadeira, a linguagem e o conhecimento do corpo, e por fim, o “conhecimento do mundo”, buscando diferentes linguagens para implementar no desenvolvimento da criança, apresentando cinco eixos que orientam na Educação Infantil, sendo eles: movimento, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza, sociedade e matemática. (BRASIL, 1998).

Em 2006, com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, para serem utilizadas por creches, pré-escola e Centros de Educação Infantil, apresenta-se uma discussão que procura promover a igualdade de oportunidades educacionais, levando em

conta as diferenças, diversidades e desigualdades existentes no Brasil, com a proposta de analisar se há qualidade nas instituições de modo a evidenciar: proposta pedagógica, gestão, professores, demais profissionais que atuam no ambiente escolar e suas interações e, por fim, a infraestrutura das instituições da Educação Infantil. (BRASIL, 2006).

Fatores esses que são complementados e desenvolvidos em 2010, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na qual reúne-se princípios, fundamentos e procedimentos que foram definidos para orientar a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares na Educação Infantil. Traz também, definições a respeito da Educação Infantil, caracterizando como espaços institucionais não domésticos, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos, e também define a criança, como sujeito histórico, que constrói sua identidade pessoal e coletiva produzindo cultura.

Definições de currículo e propostas pedagógicas, na Educação Infantil, além de colocar o professor em um posicionamento reflexível e prático, são propostas que Brasil (2010) apresenta, de forma a buscar aprender junto com a criança, sendo assim, tornando-se o oposto de cuidador como conhecido nos séculos passados, o que evidencia a importância da formação acadêmica para profissionais que desejam atuar nessas instituições. (BRASIL, 2010).

O Documento mais recente, porém, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), citada na seção anterior, nesta encontramos orientações a respeito da organização da Educação Básica, vale ressaltar ainda que a presença da Educação Infantil na BNCC é um passo importante para a valorização e reconhecimento dessa etapa. Os direitos de aprendizagem se articulam com a concepção de criança através da intencionalidade pedagógica, por meio das práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola, que permitam a formação de uma criança observadora, questionadora, construtora de saberes, de modo a se expressar, por meio de experiências significativas para conhecer a si e ao outro. E isso passa pelo trabalho do educador de planejar experiências plurais, selecionar as atividades, organizar, mediar, refletir, registrar, enfim, acompanhar essas práticas das crianças em busca do seu desenvolvimento e aprendizagem. (BRASIL, 2017).

Todas essas propostas, mesmo que ainda Legais, em torno da Educação Infantil, demonstram que o bebê ganha um novo espaço nas discussões no que tange a sua formação e direitos, e para tal o berçário é o espaço primordial para toda essa discussão e estimulação.

Segundo Silva (2018), o tempo do bebê de 0 a 1 ano e 6 meses é marcado pelo eixo central que prioriza o cuidado físico, de higiene e alimentação, mas também pela sua descoberta de si e exploração de mundo, por isso é indispensável que o professor que atua no berçário entenda que os bebês são capazes de se relacionar, aprender, entender, tomar decisões e se desenvolver, manifestando seus interesses e se relacionando com o outro.

Por isso, tange a necessidade de superarmos o pensamento de que o berçário é uma instituição assistencialista, temos leis e currículos para nos orientar a desconstruir esse pensamento, e caracterizar (defender) um trabalho pedagógico que é um direito do bebê.

Por isso, trazemos a nova concepção de criança, sem a leitura empobrecida de suas funções psíquicas, e a defesa do berçário em creche com organização de cada atividade

oferecida para os bebês, de maneira que contribuem para o seu desenvolvimento integral e aprendizagem; sendo assim, tal organização será abordada de maneira minuciosa na próxima seção.

NOVOS OLHARES: ORGANIZAÇÃO DO BERÇÁRIO PARA CONVIVER, APRENDER E BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Diante de todo Trabalho, após discorrer sobre a importância do berçário na creche, trataremos a importância da organização dos espaços físicos tanto interno como externo, pontuando a importância do papel do professor para buscar diferentes ferramentas e possibilidades para potencializar o desenvolvimento do bebê.

Os professores que atuam no berçário precisam ter plena consciência de seus deveres perante a organização e realização de atividades que favorecerá o desenvolvimento integral do bebê em seus diferentes aspectos: social, cultural, emocional, linguístico, físico e cognitivo; assim como apresentados pela Legislação da Educação Infantil anteriormente, reconstruindo a importância de se colocar no papel de docência e não apenas de cuidadores, desenvolvendo uma prática pedagógica completa e significativa.

Segundo Goldschmied e Jackson (2006) e Brasil (2017), os bebês em creches precisam interagir com adulto, sendo esse aspecto crucial para seu desenvolvimento. Por isso, o professor precisa ter conhecimento do que é esse espaço e seu papel para esse desenvolvimento, isso não significa que a sua prática no ambiente educacional e a maneira como ele organizará sua rotina deve estar engessada no que diz respeito aos Documentos Oficiais, mas que esses devem ser referências para se pensar em um desenvolvimento integral e potencializador do bebê.

De acordo com Goldschmied e Jackson (2006), ainda, tal relacionamento entre o adulto e o bebê é fundamental no seu processo, pois eles ainda não dispõem da linguagem verbal para expressar seus desejos e experiências, sendo assim, necessita profundamente dessa relação de forma concreta, importância essa que trazemos para o ambiente do berçário, pois as relações entre educador-aluno, aluno-aluno, educador-creche, creche-família, família-professor é completamente necessária no processo de desenvolvimento e aprendizagem. O educador, sendo ele uma referência nesse espaço, tem a tarefa essencial de organizar um canal de comunicação visando à interação entre todas as relações citadas, fazendo com que as experiências vividas na creche por todos sejam leve e eficaz.

De acordo com Monteagudo (2018), a organização dos espaços do berçário, tanto interno como externo é um método de educar, pois a partir disso o educador cria possibilidades para que o bebê coloque em prática seus movimentos e investigações, demonstrando seus interesses e desejos, dando para o educador um olhar investigativo para conduzi-los, pois são as atividades realizadas que potencializarão melhores condições de desenvolvimento e aptidões.

Entretanto é importante estabelecer limites na elaboração das atividades, para que não antecipemos um movimento de escolarização inadequada para a idade. Monteagudo (2018), afirma que existe na organização do berçário, por sua vez, um triplo protagonismo: o bebê como um ser ativo e protagonista de sua aprendizagem e

desenvolvimento; o professor no trabalho pedagógico e intencional; e os objetos que vão sendo apresentados, buscando representar a cultura que os cercam.

Desta forma os espaços de bem-estar, oferecem experiências olfativas, sensitivas, sonoras e visuais, trazendo a interação com o meio, despertando a curiosidade no bebê em explorar e se desenvolver de maneira integral. Por isso, Monteagudo (2018), afirma que os ambientes para os bebês, devem promover a autonomia e segurança, compostos segundo Brasil (2012), por: *Entrada e acolhimento* (um espaço silencioso e isolado da sala, com uma transparência para transmitir segurança para os pais e os bebês); *Sala de atividades e experiências* (propõe a manipulação de diversos objetos, oferecendo experiências afetivas e sociais, sendo significativas para o desenvolvimento do bebê); *Espaço do sono* (Propiciando intimidade e proteção entre educador e bebê nos momentos necessários); *Espaço do banho* (tendo uma integração com os outros ambientes, pois é necessário a visualização do mesmo durante a troca do/ou banho) e *Solário e Jardim sensorial* (espaço externo da sala de atividades de experiências, onde deve existir poucos estímulos materiais, para que o bebê consiga se relacionar com o meio e consigo, trazendo o contato de boas sensações).

Consideramos que, “(...) se o bebê puder explorar seus movimentos, seu tateio, a partir daquilo que já fez sozinho, poderá ampliar a autoconfiança em si mesmo e, com isso, estabelecer uma relação de maior independência no ambiente e no mundo” (MONTEAGUDO, 2018, p. 63).

Com isso, os espaços sociais, como a creche beneficiará essa relação, pois nela se têm o cuidar e o educar dos bebês, organizando tempos, espaços e materiais para que isso ocorra, ouvir e olhar para cada criança reflete no cuidado com elas, por meio de atividades intencionais, através da rotina que lhes é oferecida todos os dias, com a higiene, alimentação, brincadeira e momentos de descanso, tendo acrescentando atividades intencionais que agucem seus sentidos e lhes permitam descobrir mais a si, ao outro e ao mundo de que fazem parte. Por isso, a escolha de possibilidades de ensinar no berçário, não retira a importância do cuidado, mas amplia esse processo no que tange à formação integral das crianças (SILVA, 2013).

Para elucidar e exemplificar as possibilidades pedagógicas no berçário, Goldschmied e Jackson (2006), trazem a proposta do “Cesto de Tesouros”, inventado para possibilitar a exploração de diferentes objetos para o bebê, entregando para ele a autonomia de escolher com *o que quer* e *como quer* brincar. É válido ressaltar, que muitas vezes, nos questionamos o *porquê* de o bebê preferir uma colher a um celular de brinquedo, ou até mesmo um canudo ao invés de um carrinho, demonstra que materiais manipulados pelos adultos em seu cotidiano são mais atrativos às experiências,

(...) os adultos próximos a ele não podem lhe dar atenção a todo momento, mas ainda assim ela parece pronta e à espera do que acontecerá a seguir. Ela está certa em reclamar, e foi como resposta a essa insatisfação demonstrada claramente por bebês dessa idade, com relação aos brinquedos oferecidos, muitas vezes limitados e desinteressantes, que o “Cesto de Tesouros” descrito nesse capítulo foi inventado (GOLDSCHIED & JACKSON, 2006 p. 114).



Os seres humanos se expressam de diferentes formas, podemos notar isso quando ainda é bebê, observando a maneira que eles tentam se levantar para que o adulto o pegue no colo ou se arrastar até um objeto que deseja brincar. Quando colocamos o bebê perto do “Cesto de Tesouros”, segundo as autoras, é nítida a forma com que eles se empolgam em poder alcançar o que quer e ter livre demanda com os objetos a sua frente, é possível notar essa excitação através de todo o seu corpo, pois quando se depara com o começo da sua independência fica ainda mais ativo na brincadeira, por isso proporcionar esse momento de interação, com o olhar atento do docente é fundamental para ampliar as possibilidades de exploração do bebê.

Além disso, Goldschmied e Jackson (2006) afirmam que esse tipo de proposta no berçário ensina muito mais do que escolher um miolo de chave ou uma colher, mas oportunizar que os bebês tomem suas próprias decisões, fazendo com que saibam lidar com escolhas complexas no futuro.

Mendes, Boriollo e Nascimento (2020) também citam uma prática no berçário, a qual denominam de “Dedo Verde: Plantando com as crianças”. Tal prática disponibiliza para as crianças a exploração dos espaços externos, fazendo com que eles criem autonomia e relação com o espaço, trazendo o binômio cuidado e educação para o desenvolvimento integral do bebê na instituição educacional, qualificando o olhar educativo para as possibilidades de experiências com os diversos alimentos e plantas.

Isso porque, no berçário, como destacam as autoras, os bebês estão na fase da introdução alimentar, isso faz com que alguns deles possuam nojo de se sujar, não demonstrando prazer no contato com o alimento, o projeto citado tem como objetivo fazer com que os bebês criem uma relação com: frutas, verduras, terra, plantas, entre outros recursos naturais, isto porque eles “(...) observam o crescimento de uma planta e cuidam de seu desenvolvimento, as crianças não apenas compreendam a origem dos alimentos e ficam mais disponíveis a provar novos sabores” (MENDES, BORIOLLO, NASCIMENTO, 2020, p.139).

Ainda advertem as autoras que existem diversas formas de trabalhar no berçário e permitir que o bebê explore e compreenda mais sobre si, sobre o outro e sobre o mundo de que faz parte, cabe ao educador buscar maneiras de ampliar esse repertório, acrescentando elementos do cotidiano e demonstrando suas possibilidades de manuseio e transformação, como por exemplo, apresentar as frutas, o suco dessas, a plantação da mesma e também as tintas naturais, pois além de explorarem o ambiente, o alimento, suas características, conhecem as cores e diferentes texturas.

Portanto, na Educação Infantil, as possibilidades são infinitas, percebe-se o rico trabalho que pode ser proporcionado para a criança no desenvolvimento de seu saber e aprender, e isso acontece, também, quando trabalhamos no berçário. Porém ainda existe muitas ideias errôneas simplistas e empobrecidas sobre o trabalho pedagógico no berçário, que precisam ser superadas na defesa de uma formação integral e comprometida. Os exemplos aqui apresentados nos trazem pistas dessas possibilidades, demonstrando o quão rico pode ser a organização dos espaços, materiais, ambientes... e o quanto isso nos auxilia, como educadores, e enriquecem o desenvolvimento dos bebês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial desta pesquisa era discutir a importância do berçário nas creches da Educação Infantil, algumas de suas práticas e possibilidades para contribuir com o desenvolvimento do bebê de 0 a 1 ano e 6 meses de idade. Para isso, buscou-se compreender as Políticas Públicas para o berçário, desvelando as possibilidades para o trabalho pedagógico com essa faixa etária, tendo em vista desenvolvimento integral do bebê através do cuidar e educar, as quais permitiram a discussão sobre novos olhares para o educador dentro dos espaços e recursos que possibilitam a ampliação das possibilidades de exploração dos bebês no que tange a descoberta de si, do outro e do mundo.

Para serem atingidos, fez-se uma contextualização histórica pela qual pudemos compreender sobre os fatores que levaram a percepção da infância como um período importante de desenvolvimento humano, mesmo que de maneira tardia, construímos um olhar de curiosidade, respeito e afeto pelas crianças menores de sete anos, não como adultos em miniaturas, mas com características únicas e cruciais para toda sua formação.

Em seguida, percorremos por toda a formação da creche e construção de uma legislação que acolha as crianças e seus direitos, sendo colocadas em práticas nas instituições educacionais e não mais como algo puramente assistencialista; onde o conceito primordial do berçário, desde a criação das creches tem sido um ambiente focado no cuidado, parecido com o doméstico; mas na defesa de instituições que garantam os cumprimentos dos padrões e normas exigidos pelo Ministério da Educação.

Por fim, percebemos que o educador precisa ser uma referência na organização das relações, nas organizações dos espaços, na formação de atividades e na utilização de ferramentas, com um olhar investigativo, que favorecerá o desenvolvimento do bebê e suas experiências com o mundo, evidenciando a importância do cuidar e educar se interligarem para atingirmos o objetivo de auxiliar e potencializar o seu desenvolvimento, trazendo assim exemplos práticos e suas possibilidades.

Diante disso, podemos concluir que, quando entramos na Educação Infantil, percebemos o rico trabalho que é proporcionar para a criança o saber e aprender, tornando-a capaz de demonstrar seus interesses e tomar decisões, construindo aos poucos um cidadão com pensamento e posicionamento crítico a respeito da sociedade em que vive.

Reconhecemos a ligação entre cuidar, educar, interagir e brincar, em ambientes elaborados de maneira minuciosa, fazendo com que essa concepção enriqueça o trabalho no berçário, contribuindo com o desenvolvimento das capacidades infantis e buscando a ação educativa que integra a independência e autonomia da criança.

Encerramos essa pesquisa com a clareza de que o bebê de 0 a 1 ano e 6 meses de idade possui direitos perante toda a cultura em que se está inserido, por isso descobrir as práticas e possibilidades existentes para se trabalhar no berçário é imprescindível para potencializar o desenvolvimento integral do bebê.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 2010.

BRASIL. **Organização do espaço físico, dos brinquedos e materiais para bebês e crianças pequenas: manual de orientação pedagógica: módulo 4.** Ministério da Educação. Brasília, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Ministério da Educação. Brasília, 2006.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em Nov. de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 176p.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sônia. **Educação de 0 a 3 anos: O atendimento em creche.** 2ª ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006. 304p.

MACHADO, Michele Varotto. **Pedagogia da Educação Infantil.** São Carlos: UNICEP, 2018. 159p.

_____. **A Educação das crianças menores de 06 Anos no Brasil (1934-1971) sob a perspectiva de 04 educadores: Heloísa Marinho, Nazira Féres Abi-Sáber, Celina Airlie Nina e Odilon De Andrade Filho - uma análise de suas ideias pedagógicas.** 300 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MANCINI, Guiomar Urbina Telles. As Creches como Auxiliares da Família. **Revista Serviço Social.** São Paulo, 34, p. 84 – 109, 1944.

MARTINS, Lígia Márcia. O Ensino e o Desenvolvimento da Criança de Zero a Três anos. In: ARCE, Alessandra (Org.). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos.** 2ª ed. Campinas-SP: Alínea, 2012. p. 93 – 123.

MONTEAGUDO, Bárbara Cibelli da Silva. Crianças independentes e autônomas: o papel do professor e da professora no desenvolvimento dos bebês nas creches. In: SILVA, José Ricardo (Org.); et. al. **Educação de bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano.** 2ª ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018. p. 51- 69.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes; et.al. **Creches: crianças, faz de conta & cia.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. P. 128.

PASQUALINI, Juliana Campregher. A perspectiva Histórico-Dialética da Periodização do Desenvolvimento Infantil. **Psicologia em Estudo.** Maringá- PR, v. 14, p. 31-40, jan/mar. 2009.

SCOTTON, Susana Zaniolo. A criança e seu desenvolvimento até o terceiro ano: implicações para a esfera da educação escolar. In: SILVA, José Ricardo (Org.); et. al.

Educação de bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano. 2a ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018. p. 247- 308.

SILVA, Janaina C. É Hora de Trocar a Fralda! Contribuições da Teoria Histórico-cultural para o trabalho com bebês na educação infantil. In: ARCE, Alessandra (Org.). **Interações e brincadeiras na Educação Infantil.** Campinas, SP: Alínea, 2013. p. 41-73.

SILVA, José Ricardo. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão do bebê como sujeito ativo. In: SILVA, José Ricardo (Org.); et. al. **Educação de bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano.** 2a ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018. p. 27- 49.